

Segurança pública é principal tema do Senado na convocação



Genilfo Magalhães

■ Período extraordinário de trabalho do Congresso foi instalado ontem pelo senador José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, instalou ontem o período extraordinário de trabalho do Congresso Nacional, convocado pelo presidente Lula. Sarney anunciou que os senadores darão prioridade, este mês, a projetos relacionados com a segurança pública. Os presidentes da República e do Senado encontraram-se ao final da tarde, no Salão Negro do Congresso, em solenidade de lançamento de livro.

Páginas 3 e 4

ENCONTRO Lula e Sarney participaram, no final da tarde de ontem, da solenidade de lançamento do livro *Reforma Política e Cidadania*

CPI DO BANESTADO

Ex-presidente do BC será chamado a depor



Márcio Kallume

A CPI do Congresso que investiga o caso Banestado aprovou ontem requerimentos para reunir a documentação já existente sobre o assunto. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco será convocado a depor.

Página 8

A CAE rejeitou emendas que alteravam o abono e o reajuste do servidor público propostos pelo governo. Os projetos vão a Plenário com os textos aprovados na Câmara.

Página 8



Márcio Kallume

Bancada do PT decide afastar Heloísa Helena

Página 8

INVESTIGAÇÃO Trabalho inicial da CPI será reunir documentos sigilosos sobre o caso e tomar depoimento do ex-presidente do BC Gustavo Franco

Para Iris, saída é investir no agronegócio



Segundo Iris, setor responde por 40% das exportações

O investimento público direcionado ao agronegócio revigoraria as regiões mais atrasadas, disse ontem a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Para ela, esse investimento teria o poder de atacar todos os principais problemas nacionais, "a começar pela fome e pela miséria". Segundo Iris de Araújo, o agronegócio é responsável por 40% das exportações, com um saldo, nos últimos dois anos, em torno de US\$ 20 bilhões.

Pavan defende empréstimos sem burocracia



Pavan elogiou anunciado apoio à agricultura

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu a necessidade de se valorizar mais a agricultura familiar, eliminando a burocracia que impede os agricultores de tomar empréstimos na rede bancária. Segundo ele, 40% dos recursos acabam não sendo distribuídos em função de exigências dos bancos. O senador elogiou a iniciativa do governo de destinar R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar no Plano de Safra 2003/2004.

Agenda



Plenário discute reajuste para servidores

Na sessão de hoje, às 14h30, a segunda do período de convocação extraordinária, os senadores devem discutir os projetos de lei complementar de nºs 42 e 44, de 2003, que

tratam do reajuste de 1% para os servidores públicos federais, retroativo a janeiro de 2003, e do abono de R\$ 59,87 devido também aos servidores, a partir de maio deste ano.

Produtores homenageiam Sarney e João Paulo

Graças à aprovação da lei de proteção aos direitos autorais, o presidente do Senado, José Sarney, será homenageado, juntamente com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e

outros parlamentares, com um Disco de Ouro pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), às 12h, no Salão Negro do Congresso. Sarney recebe, pela manhã, o presidente da Vale do

Rio Doce; o presidente da Fundação Cesgranrio; o diretor da Ancine, Augusto Sevã; e, por fim, o astrônomo Ronaldo Rogério Mourão, do Observatório Nacional do Rio de Janeiro.

Comissão examina MP do crédito popular

Diferentemente do que publicamos na edição de ontem, a comissão mista que vai analisar a medida provisória (MP) regulamentando a concessão de empréstimos de pequeno valor para a população de baixa renda reúne-se



hoje, a partir das 11h, no Congresso Nacional. A MP também institui Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS) para propostas de desenvolvimento urbano.

Especialistas falam sobre exploração sexual infantil

Presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), a CPI que investiga a exploração sexual infantil no país tem

reunião, às 11h, para ouvir os médicos Maria Lúcia Leal, Wanderlino Nogueira, Estela Escandula e Rosário de Maia

Ferreira, coordenadores da pesquisa sobre tráfico de mulheres e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segurança pública em debate na CCJ

Para discutir os diversos projetos sobre segurança pública que tramitam no Senado – inclusive o que estabelece condições para o registro e o porte de arma de fogo –, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), se reúne a partir das 10h.



Mulheres trabalhadoras

A TV Senado exibe hoje, às 12h30, entrevista com a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) sobre as mulheres no mercado de trabalho; às 13h, os peritos da Polícia Federal Marcos Camargo e Rogério Mesquita falam sobre a identificação de drogas; e, às 20h30, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) discute as relações econômicas entre o Brasil e a Líbia.

Votação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tem reunião marcada para amanhã, às 10h, para votar as indicações de Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Mário da Graça Roiter para embaixadores em Liechtenstein, Belize e Bareine, respectivamente.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Patrícia registra relatório sobre direito feminino



Patrícia: primeiro relatório entregue desde 1984

Pela primeira vez, o governo brasileiro presta contas à comunidade internacional sobre os compromissos legalmente assumidos desde 1984, quando assinou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. A informação foi prestada ontem pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Liderada pela ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, Emília Fernandes, uma delegação brasileira apresentou ontem o Relatório Nacional Brasileiro referente aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001.

O relatório, segundo Patrícia, inclui a descrição de medidas legislativas, judiciais e administrativas adotadas, nos últimos 20 anos, para garantir os direitos das mulheres.

Campo foge ao controle, diz Agripino

Líder do PFL no Senado, José Agripino (RN) se disse ontem preocupado com o que chamou de "perda de controle" demonstrada pelo governo federal na questão agrária. Ele citou recentes



Ações do MST preocupam José Agripino

episódios de ocupação de propriedades rurais e postos de pedágio organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para ele, ações como essas comprometem a credibilidade do governo no Brasil e no exterior. Agripino admitiu esperar que o presidente Lula fizesse um pacto com os trabalhadores sem-terra e, assim, resolvesse o problema da reforma agrária. Em vez disso, o senador observou um acirramento dos distúrbios no campo, o que o faz considerar que "a situação está próxima da perda de controle".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Constam da pauta matérias consideradas relevantes, entre elas as propostas de reforma previdenciária e tributária, em tramitação na Câmara, e projetos que restringem o uso de armas de fogo, em exame no Senado. Sarney afirmou que a Casa vai privilegiar a votação de proposições voltadas para o combate à violência. Ele disse acreditar que a CPI do Banestado, também incluída na convocação, promoverá investigação produtiva

Congresso instala trabalhos da convocação

Em sessão solene do Congresso Nacional presidida pelo senador José Sarney, foi instalado na manhã de ontem o período da convocação extraordinária, que se estenderá até o dia 31 de julho. O funcionamento do Legislativo neste mês permitirá maior agilidade na tramitação de propostas consideradas relevantes, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, onde se encontram as reformas tributária e previdenciária. O trabalho dos senadores no período estará voltado principalmente para projetos da área de segurança pública, como os que restringem a venda de armas de fogo.

A mensagem de convocação, encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lida pelo 1º secretário do Congresso, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). A pauta lista

50 matérias, das quais 15 tramitam no Senado e 35 na Câmara. Foram incluídas duas comissões parlamentares de inquérito: a CPI mista destinada a apurar a evasão de divisas e a que investiga situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

Além disso, a mensagem presidencial relacionou propostas de competência privativa das duas Casas, matérias orçamentárias, atos internacionais, proposições relativas a serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como medidas provisórias.

Também deverão ser examinadas as matérias que estão tramitando sob regime de urgência no Congresso ou aquelas que sejam encaminhadas ao Legislativo durante a convocação, com esse pedido.



ESFORÇO José Sarney presidiu a sessão solene do Congresso que deu início ao período extraordinário

SEGURANÇA É A PRIORIDADE, AFIRMA SARNEY

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que, durante a convocação extraordinária, a Casa vai privilegiar matérias relacionadas à área de segurança pública. Na sua opinião, o Brasil está deseioso de que problemas nessa área sejam solucionados. Entre os projetos a serem examinados pelos senadores durante o mês de julho, Sarney citou os que limitam

a venda de armas de fogo.

O senador declarou que a convocação é importante não só pelas propostas de reforma da Previdência e tributária, mas também pela que estabelece a reforma do Judiciário, a cargo do Senado. Sobre a CPI do Banestado, ele disse acreditar que a comissão promoverá investigação produtiva.

Veja as matérias que estão na pauta do Senado

Proposta	Do que trata	Situação atual
PLC 12/03	Altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal para instituir o Regime Disciplinar Diferenciado, que estabelece mais rigor com presos provisórios e condenados	Relatório favorável, com 18 emendas, aprovado pela Subcomissão de Segurança Pública, que agora vai votar emendas destacadas
PLC 19/03	Dispõe sobre a intimação pessoal dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal	Pronto para pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
PLC 45/03	Altera a Lei de Execução Penal para incluir entre os direitos do preso a emissão anual do atestado de pena, em que o detento pode verificar o tempo de cumprimento da pena	Na CCJ, aguardando designação de relator
PLS 292/99 (Tramita em conjunto com o PLS 614/99 e o PLS 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional	Matéria está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde aguarda relatório
PLS 138/99 (Tramita em conjunto com o PLS 24/02)	Estabelece condições para o registro e o porte de arma de fogo e define crimes	Está na pauta de hoje da CCJ
PLS 202/03	Proíbe a comercialização de armas de fogo e munições em todo o território nacional	Está na Subcomissão de Segurança Pública, onde aguarda relatório
PLS 118/02	Cria a figura da organização criminosa e trata de questões específicas à obtenção de prova, procedimento criminal e condenação de envolvidos nessa prática	Pronto para pauta na CCJ
PLS 123/03	Torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança do Estado quando participarem de operações em greves, passeatas e protestos públicos	Aguarda o relatório na CCJ
PEC 29 de 2000*	Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. É a chamada reforma do Judiciário	Na CCJ para reexame, onde aguarda designação de relator
PLC 42/03**	Dispõe sobre o reajuste de 1% para os servidores públicos, retroativo a janeiro de 2003	Pronto para votação em Plenário
PLC 44/03**	Dispõe sobre o abono de R\$ 59,87 aos servidores públicos a partir de maio de 2003	Pronto para votação em Plenário
PLC 41/03**	Determina que as empresas voltem a efetuar o pagamento do salário-maternidade às suas empregadas gestantes	Aguarda relatório na Comissão de Assuntos Sociais (CAS)
Substitutivo da Câmara ao PLS 161/89 – Complementar	Define os serviços sujeitos ao imposto de competência dos municípios	Aguardando inclusão na ordem do dia
PLS 186/01 (Tramita em conjunto com o PLS 62/02)	Institui a Política Nacional do Livro	Está na Comissão de Educação (CE)
PLS 172/03	Institui o registro digital do voto na urna eletrônica em substituição ao voto impresso	O relator na CCJ, Demostenes Torres (PFL-GO), é favorável. O senador Tião Viana (PT-AC) pediu vista, cujo prazo já venceu
PLS 119/03	Altera a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de forma a obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam divulgadas na Internet	Aguarda o relatório na CCJ
PLC 14/02	Institui uma política para a agricultura e os produtos de origem orgânica	Aguarda realização de audiência na CAS. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator Jonas Pinheiro (PFL-MT) é favorável
PLC 105/02	Dispõe sobre a produção, o comércio, a normatização e a fiscalização de sementes e mudas no país	Está pronto para a pauta na CAE

* Tramita em conjunto com as PECs 21 de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e PEC 15 de 2001.

** Tramita em regime de urgência constitucional.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado



Vários senadores se manifestaram sobre a pauta da convocação. Aloizio Mercadante propôs que, em relação à reforma do Judiciário, apenas sejam colocados em votação os temas consensuais. A expectativa de Antonio Carlos Valadares é que a Câmara esclareça os pontos polêmicos das reformas. Jefferson Péres defendeu o fim das convocações extraordinárias. E Romeu Tuma acredita que será possível avançar nos trabalhos da CPI do Banestado



BENEFÍCIO Jefferson quer acabar com pagamento extra nas convocações extraordinárias

Jefferson Péres pede o fim do recesso de julho

Inconformado. Foi assim que o líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), se manifestou diante da realização de convocações extraordinárias do Congresso. Para ele, “já é hora” de os parlamentares examinarem o fim do recesso de julho, para que o Legislativo funcione normalmente de fevereiro a dezembro. Caso não seja essa a solução, Jefferson pede a supressão “expressa e definitiva” do pagamento de ajuda de custos para senadores e deputados nas sessões legislativas extraordinárias.

– Serei sempre inconformado com convocações extraordinárias. E, se houvesse necessidade, a convocação não deveria ser remunerada. Como está, é algo que a sociedade não aceita. E com razão, porque não se justifica de forma alguma que o Congresso, não havendo dado conta das matérias que aqui tramitam, seja obrigado a se reunir extraordinariamente e que os parlamentares sejam remunerados por isso.

Jefferson espera que a convocação, que é constitucional e foi pedida pelo presidente da República, conforme ressaltou, seja proveitosa, especialmente para que a Câmara acelere a discussão das reformas tributária e da Previdência. O senador entende que o Senado deve exercer sua função de revisor das propostas oriundas da Câmara e, se considerar necessário, alterar as reformas aprovadas pelos deputados. Caso isso aconteça, a tramitação das reformas seria atrasada e, possivelmente, a aprovação definitiva ficaria para 2004.

Mercadante quer reforma do Judiciário por partes

Por considerar que a proposta de reforma do Judiciário tem pontos “extremamente polêmicos”, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), propõe que as modificações apresentadas na estrutura da Justiça brasileira sejam feitas por partes. Ele sugere a elaboração de uma pauta comum com o Executivo que dê prioridade à votação de itens que tenham “maior nível de convergência, que permitiriam uma votação imediata”. A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário foi incluída pelo governo na pauta do Senado para a convocação extraordinária de julho.

– O substitutivo e o relatório em discussão na Casa abarcam uma série de pontos extremamente polêmicos e com grau de consenso relativamente pequeno. Por serem muitos capítulos e muitos temas, a nossa idéia é fatiar a votação dentro



ACORDO Para Mercadante, devem ser votados somente os temas consensuais da proposta

de um processo de mudança do Judiciário. Do jeito que está, estamos muito longe de poder votar a proposta completa.

Mercadante registrou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, montou um grupo de trabalho que está elaborando diagnóstico do Judiciário e estuda medidas para

aperfeiçoá-lo. Entre os pontos da reforma sobre o qual há mais consenso, ele destacou o controle externo do Judiciário. **Armas**

Das propostas que serão analisadas pelo Senado em julho, o líder do governo também ressaltou as que tratam da proibição do porte de armas.

– O Brasil inteiro está assistindo à escalada da violência. Queremos criar uma cultura de paz, combater de forma eficiente o tráfico de armas e desarmar o país. Essa é uma das medidas que podem ajudar decisivamente na diminuição da violência.

O senador também esclareceu que o PT é contrário à remuneração extraordinária dos parlamentares durante a convocação. Ele lembrou que o partido apresentou, há mais de dez anos, projeto que põe fim ao pagamento excepcional. A proposta está tramitando na Câmara dos Deputados.



SEGURANÇA Tuma propõe a inclusão da PEC que amplia poder das guardas municipais

Para Tuma, convocação apressa votações

O grande objetivo do governo com a convocação extraordinária do Congresso é, na avaliação do senador Romeu Tuma (PFL-SP), cumprir os prazos de tramitação das reformas tributária e da Previdência, em discussão na Câmara dos Deputados. “Haveria atraso nas votações das duas matérias se os trabalhos fossem paralisados por trinta dias”, observou.

Esse período também será importante, segundo o primeiro-secretário do Senado, para dar continuidade à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado. Tuma destacou ainda o início das discussões da reforma do Judiciário, incluída na pauta da convocação. “Há grande ansiedade dos segmentos envolvidos, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a magistratura e o Ministério Público”, afirmou.

O senador Romeu Tuma lamentou que sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o poder das guardas municipais não tenha sido incluída na pauta do Senado, que terá sua atenção voltada principalmente para os projetos da área de segurança. Ele relatou que conversou recentemente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre essa proposta de emenda à Constituição.

– O presidente tem idéia de aproveitar nas guardas municipais os rapazes que terminam o serviço militar – relatou, acrescentando que irá insistir com o governo para a inclusão da PEC em uma pauta “suplementar”, a ser remetida durante a convocação.

Valadares espera que propostas cheguem “amadurecidas” ao Senado

O líder do PSB, senador Antonio Carlos Valadares (SE), espera que a Câmara dos Deputados esclareça, durante o período de convocação extraordinária, os pontos mais polêmicos das reformas tributária e previdenciária. Dessa forma, disse, a votação das propostas no Senado ocorreria “sem maiores percalços”.

– Espero que, quando as reformas cheguem ao Senado, já venham amadurecidas e com boas decisões acerca dos pontos polêmicos. Se isso não acontecer, o Senado tem a obrigação de instituir caminhos para que as reformas sejam aprovadas a contento. O rendimento do Congresso deve ser o melhor possível para que traga resultados ao povo brasileiro, que está ansioso para melhorar sua qualidade de vida – afirmou o senador, que propôs a desoneração das exportações na refor-



COMPENSAÇÃO Reforma tributária precisa desonerar as exportações, segundo Valadares

ma tributária.

Alimentação

Valadares manifestou ainda satisfação pela inclusão, na pauta da Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que inclui a alimentação entre os direitos sociais. As proposições ligadas

à segurança na pauta da convocação extraordinária foram também destacadas por Valadares, que condenou o porte de armas. Para ele, o mecanismo legal do porte de armas não pode ser um instrumento nas mãos de criminosos.

– É preciso que tenhamos cautela, e o porte de armas deve ser dado apenas em casos específicos, de acordo com a realidade brasileira – defendeu.

O senador pediu a inclusão na pauta de julho do projeto que obriga a instalação de detectores de metal em terminais rodoviários interurbanos para evitar que pessoas armadas possam assaltar passageiros, durante a viagem, em lugares ermos.

Antonio Carlos Valadares alega que o projeto faz parte do conjunto de propostas na área de segurança em tramitação no Senado.

Palocci prevê liberação de R\$ 5,5 bi do Orçamento

Ministro da Fazenda faz anúncio em reunião com senadores da base aliada

Em café da manhã com senadores da base aliada, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem que poderão ser liberados R\$ 5,5 bilhões do Orçamento Geral da União, mas não informou quando isso ocorrerá. O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que relatou a reunião, explicou que

esses recursos deverão vir de um melhor desempenho da receita da União.

Tião Viana considerou expressivo, no encontro, o alerta feito pelo ministro de que "é preciso romper com a dependência conceitual de que apenas a redução da taxa de juros garantirá a retomada do crescimento do país". Palocci entende, segundo Viana, que o país precisa de medidas concretas que induzam o crescimento. O líder relacionou como outras medidas necessárias ao crescimento econômico a solução para a crise energética

e para o crédito.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou que o ministro se dispôs a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para, juntamente com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, explicar o teor da carta enviada pelo governo ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Palocci declarou que não é possível liberar para os estados, neste momento, os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conforme relato da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



FRENTE Mercadante reúne-se com o ministro interino da Cultura

Cultura deve ganhar mais apoio de parlamentares

Na presença do ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que apresentará hoje requerimento para constituição da Frente Parlamentar pela Cultura, que buscará, entre outras medidas legislativas, aumentar a participação de investimentos em cultura no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual.

Mercadante também defendeu a instituição de uma cota maior para filmes brasileiros nas salas de exibição. Atualmente, informou, decreto determina que as salas de exibição são obrigadas a reservar 28 dias por ano para produções nacionais, que foram preenchidos facilmente apenas com filmes como *Deus É Brasileiro* e *Carandiru*. Dessa forma, disse, metade da produção nacional nos últimos dois anos não che-

gou a ser exibida nos cinemas. Apoiado pelos técnicos do Ministério da Cultura, o senador propõe que a cota seja elevada para 120 dias por ano.

O líder do governo também avisou que vai pedir ao ministro Waldir Pires, da Controladoria Geral da União, que proceda a uma auditoria, por sorteio, dos projetos beneficiados pela Lei de Incentivo à Cultura. Segundo Mercadante, as propostas não têm atingido sua finalidade.

O senador disse que o requerimento para criação da frente será apresentado hoje na cerimônia, a ser realizada no Salão Negro do Senado, de entrega do Disco de Ouro a personalidades que se destacaram contra a comercialização de CDs piratas. Artistas como Paula Toller, Alcione, Gabriel, O Pensador e grupo Rouge estarão presentes ao evento.



MAIS DINHEIRO O ministro Antonio Palocci diz a senadores que receita da União melhorou desempenho

Sarney recebe autoridades estrangeiras

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem comissão de representantes da maior empresa seguradora francesa, a CNP Assurances. Segundo o presidente do conselho fiscal da companhia e ex-ministro da Economia da França, Edmond Alphandéry, a visita destinou-se a tratar do mercado de seguros e poupança.

O consultor da CNP, Antonio Borges, afirmou que o grupo francês pretende investir 500 milhões de euros no Brasil em dois anos.

Sarney também se reuniu com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic. O



SEGUROS Grupo francês deve investir 500 milhões de euros no Brasil

ministro explicou que a visita teve como objetivos incrementar as relações entre os dois países, incentivar o comércio bilateral e convidar Sarney a visitar o país.

Svilanovic informou que seu país pretende se integrar à União Européia e, por isso, a

conversa versou sobre as relações do Brasil com a Europa.

O presidente do Senado recebeu ainda o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Ali Ahani. O vice-ministro disse que a finalidade da visita é incrementar as relações bilaterais entre os dois países.

Zambiasi propõe fórum pela paz

O presidente do Senado recebeu ontem proposta do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para que seja realizado no Congresso Nacional, em novembro, o 1º Fórum Mundial Parlamentar pela Paz.

Sarney considerou a idéia "extraordinária" e afirmou que assessores do Senado iniciarão estudo sobre o tema. De acordo com o projeto, o encontro seria concluído com um megashow para 300 mil pessoas, em frente ao Congresso.

Acompanhado de representantes das Forças Armadas e da Agência Espacial Brasileira (AEB), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu e recebeu



PROJETO Sérgio Zambiasi prevê show para 300 mil pessoas em frente ao Congresso

apoio do presidente do Senado para que entre rapidamente em execução o acordo espacial Brasil-Ucrânia, que permitirá o lançamento de foguetes ucranianos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

Suplicy saúda incentivo ao emprego

O programa Primeiro Emprego, lançado segunda-feira pelo presidente Lula, recebeu elogios do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador também saudou a iniciativa de unificar os programas sociais federais e

Célio Azavedo



Suplicy elogia iniciativas do governo

fazer parcerias com os governos estaduais e municipais para implementá-los.

Suplicy elogiou especialmente o fato de o governo ter enviado ao Legislativo os termos do programa por meio de projeto de lei, e

não por medida provisória, "o que limitaria a possibilidade de cooperação do Congresso". O senador vê méritos no programa, mas teme as consequências de políticas públicas que impliquem transferência de renda para empresas. Ele pediu que o Ministério do Trabalho se certifique a respeito da realização dos objetivos do programa.

– Espero que de pronto se inicie o acompanhamento, para verificar se todos os objetivos estão sendo atingidos – disse.

Sobre a unificação dos programas sociais, Suplicy afirmou que o governo terá maiores condições de atender às populações carentes. Autor de projeto de incentivo ao primeiro emprego, Osmar Dias (PDT-PR) pediu a Suplicy que leve ao governo sugestões que constam da sua proposta. Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a adoção de instrumentos de crédito popular, como o Banco do Povo.

Brasil está pronto para crescer, afirma Saturnino

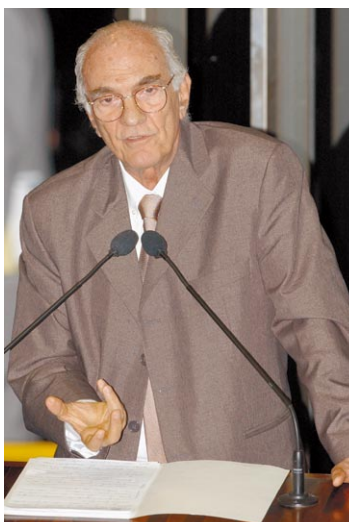
■ Paralisia econômica atual é induzida, explica o senador, prevendo a breve reversão do quadro

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ontem que a economia brasileira está paralisada, mas garantiu que é uma paralisia induzida por decisões políticas, como aumento das taxas de juros e outros artificios, para o combate à inflação, a redução das importações e a geração de saldos comerciais gigantescos.

– Terminamos um semestre com saldo comercial superior a US\$ 10 bilhões e sem a necessidade de um centavo de dólar sequer para saldar contas externas, o que é uma façanha digna de registro – salientou.

Em sua análise, Saturnino a-

Roosevelt Pinheiro



DIFERENÇA Segundo Saturnino, crescimento será "sustentado, autônomo, independente"

paralísia que o Brasil está realmente pronto para crescer, mas que será um crescimento sustentado, "de uma natureza e de uma qualidade que não estamos acostumados a ver". Ele

garantiu que esse crescimento será autônomo, independente, e acrescentou que outra mudança que o país vai presenciar é a da inclusão dos historicamente excluídos.

– Não falo do Fome Zero ou do Primeiro Emprego, falo de coisa mais estrutural, como a expansão, a multiplicação por mil do microcrédito, o estímulo à agricultura familiar, ao microinvestimento – observou.

O senador encerrou mostrando o destaque que está sendo dado à ciência e tecnologia e pediu a transcrição, nos Anais, de discurso do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, na posse do economista Celso Furtado na Academia Brasileira de Ciências. Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou a importância de uma parceria com a Ucrânia para o lançamento de um satélite brasileiro.

Jefferson quer esclarecimentos sobre denúncias de corrupção em ministério

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), pediu ao senador Osmar Dias (PDT-PR), representante do partido na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que apresente requerimento àquele colegiado convocando o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e o ex-diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Sérgio Pimentel, e convidando o ministro-chefe da Casa Civil, José

Dirceu, para esclarecerem reportagens veiculadas pela imprensa sobre acusações mútuas de corrupção entre o ministro dos Transportes e o ex-diretor do DNIT.

Segundo Jefferson, "a história toda é nebulosa e malcheirosa", pois o ex-diretor foi acusado pelo ministro de ter achado empreiteiras para liberação de pagamentos. Por outro lado, continuou o senador, o ex-diretor acusa Adauto de ter manipulado o orçamento do

Ministério para favorecer uma construtora, aumentando a parcela de pagamento de R\$ 8 milhões para R\$ 38 milhões.

Jefferson acrescentou que Adauto justificou o favorecimento dizendo que atendia determinação do ministro José Dirceu, que, por sua vez, estaria atendendo pedido do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos.

Osmar respondeu a Jefferson afirmando que vai apresentar o requerimento à CFC.

Evento debate emprego para deficientes

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a realização, semana passada, do seminário "A empregabilidade da pessoa portadora de deficiência". O evento reuniu 220 pessoas no Recife (PE) para discutir a política nacional de trabalho, emprego e renda

para as pessoas portadoras de deficiência e também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, este de autoria de Paim. O parlamentar destacou a atuação de seu representante no seminário, o assessor Santos Fagundes, deficiente visual.

Na mesma comunicação, Paim registrou a visita ao Senado da Comissão Nacional de Atletas. Ele informou que os visitantes pediram "máxima urgência" na aprovação de uma lei de incentivos fiscais específica para o desporto nacional.



Paim registrou importância do seminário

Capiberibe agradece ação de ministros

O senador João Capiberibe (PSB-AP) agradeceu aos ministros da Educação, Cristovam Buarque, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, por atenderem pedidos da banca federal dos estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia, visando fortalecer o ensino universitário da Região Norte.

A Cristovam, Capiberibe agradeceu pela destinação de um número de vagas maior para a contratação de professores para as universidades naqueles estados. Já o ministro Roberto Amaral recebeu os agradecimentos por ter assinado convênio com a Universidade de São Paulo para o fornecimento de bolsas para que professores das universidades dos quatro estados possam fazer doutorado.



Capiberibe: pedidos da Região Norte atendidos

RETIFICAÇÃO

A modificação na medida provisória (MP) que fixou o valor do salário mínimo, permitindo que aposentados e pensionistas passem a receber seus benefícios até o quinto dia útil de cada mês, a partir de abril de 2004, foi proposta pelo deputado Geraldo Magrão (PPS-SP), relator da matéria na Câmara. Não é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), como foi publicado no *Jornal do Senado* dia 25 de junho. Paim apresentou emenda que dá aos benefícios da Previdência Social os mesmos percentuais de reajuste aplicados ao salário mínimo.

Hélio Costa pede pesquisa da Petrobras no norte de Minas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou ao Plenário ontem que enviou requerimento à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, para que autorizem o envio de pesquisadores e a elaboração de estudos a fim de verificar o potencial petrolífero na Bacia do Rio São Francisco, particularmente no norte de Minas Gerais.

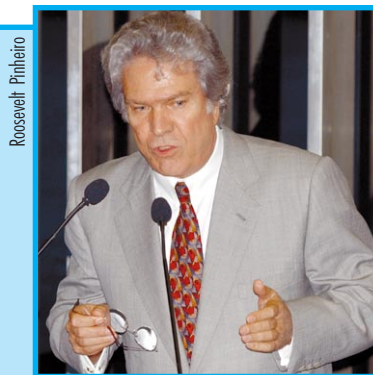
– A Petrobras já foi lá e fez uma pesquisa, mas nunca falou nada publicamente sobre o assunto. O que houve? Queremos uma posição oficial – salientou.

Com base em matéria publicada

no jornal *Estado de Minas*, Hélio Costa disse que a Agência Nacional do Petróleo não incluiu a área da Bacia do São Francisco em processo de licitação para prospecção realizado no final do ano passado. No entanto, de acordo com o senador, o pesquisador Nestor Malard Filho assegura que a região possui óleo de classificação "Brent", com grande valor no mercado internacional.

Lideranças e políticos regionais, baseados em pesquisas de geólogos da região, também garantem que há potencial para exploração de gás natural, disse o senador.

– Há um local na região em que



POTENCIAL Hélio Costa diz que geólogos apontam óleo e gás natural na região

basta acender um fósforo sobre a água que pega fogo. A emanação de gás é tão forte que ninguém se atreve a abrir uma cisterna, com medo de se expor ao risco de explosão – enfatizou.

Osmar Dias quer mais empresas com direito ao Simples

O senador Osmar Dias (PDT-PR) propôs ontem uma correção de 80% nos limites de faturamento das empresas classificadas como micro e de pequeno porte para ampliar o número das que têm direito ao pagamento de impostos com base no Simples. A proposta de Osmar

Dias foi sugerida pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Bandeirantes (PR), Celso Silva.

Osmar lembrou que, desde 1º de janeiro de 1999, as empresas com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão são consideradas de pequeno porte. As que faturam até R\$ 120 mil são microempresas. "No mesmo

período, de 1999 até hoje, a inflação foi superior a 80%, segundo o IGP-M. Proponho, por isso, a correção dessa tabela em 80%, passando a ser considerada empresa de pequeno porte a que fatura até R\$ 2,160 milhões, e a micro a que fatura até R\$ 216 mil."

Para ele, a proposta atenuaria a

recessão que começa a atingir o Brasil, e garantiria pelo menos os empregos no setor.

O senador citou números que indicam o início de um processo recessivo: queda de 14,7% no nível de empregos; 4,3% de queda na atividade industrial; e redução no nível de investimentos no Brasil.



EMPREGOS Osmar Dias afirma que proposta garante número de vagas no setor

Arthur Virgílio diz que governo é autoritário



Arthur Virgílio: presidente não apresenta solução

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo Lula começa a apresentar seu caráter autoritário, antes mesmo de mostrar resultados nos planos social e econômico. Para

ele, o presidente discursa, beija eleitores, mas não apresenta propostas.

– Já aprendemos, sofrendo durante muitos anos de regime militar, que manifestações autoritárias precisam ser sufocadas no nascedouro. Bertold Brecht nos alerta que, numa nação de cordeiros, o governo logo vira lobo e isso não podemos permitir – declarou.

Garibaldi pede cautela nas declarações



Governo deve ter decisões corajosas, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ao governo e aos parlamentares da base governista que tenham cautela nas declarações. Segundo ele, o Executivo precisa enfrentar

desafios com decisões corajosas, e não com palavras e declarações.

Lembrando que integra a base do governo, Garibaldi disse que o Congresso vai aprovar as reformas, mas não deixará de fazer mudanças necessárias.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que seu partido deve manter a postura de aliado, o que não significa ser subserviente.

Renan defende redução da carga de impostos

Conforme o senador, medida pode compensar queda do poder aquisitivo da população brasileira

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), manifestou preocupação com a queda de poder aquisitivo do brasileiro, que somente de 2002 a 2003 foi reduzido em 14,7%. Nenhuma parcela da população foi tão afetada quanto a classe média, disse ele, acrescentando que nos últimos cinco anos esse estrato social perdeu mais de 30% na renda familiar.

Renan informou que o PMDB pretende apresentar propostas para aliviar a carga de impostos que a população paga. A primeira, informou, seria uma emenda à reforma tributária prevendo que aposentados por invalidez, ou por idade, possam deduzir do Imposto



PERDAS Renan Calheiros lembrou que a classe média tem sido a mais prejudicada

de Renda seus gastos com medicamento de uso contínuo.

Em relação à classe média, o senador citou medidas que poderiam ser adotadas, como isentar do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) o único carro da família, deduzir do IR os gastos com empregados domésticos, ampliar o crédito educativo para o 2º grau, criar programas de

Fotos: Rosevelt Pinheiro

financiamento aos recém-formados profissionais e garantir o acesso a salas, lojas e espaços para pequenas indústrias em prazos semelhantes aos oferecidos para moradias.

– O brasileiro paga muito imposto, cerca de 41% do PIB só no primeiro semestre de 2003. Há 18 anos, pagava 20% do PIB. Na Suécia, onde os impostos também são elevados, o governo devolve esse valor em serviços como educação, saúde e segurança pública impecáveis. Nem preciso dizer como são precários esses serviços no Brasil, obrigando a classe média a recorrer a escolas particulares, planos de saúde e segurança particular.

Renan alertou para a disposição do governo de taxar o patrimônio pessoal, já que o nível de impostos diretos chegou ao limite do politicamente aceitável. Para ele, mais uma vez será a classe média a maior prejudicada.

Ana Júlia elogia proposta para perdas do ICMS

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a proposta do governo para compensar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos estados exportadores, como o Pará. Segundo disse, a solução apresentada aos governadores pelo presidente Lula contempla pontos da emenda de sua autoria encaminhada ao relator da reforma tributária na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Foram acolhidas pelo Executivo, por exemplo, as mudanças sugeridas no fundo de compensação que deverá vigorar até 2006. Além de o fundo passar a contar com percentual do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o cálculo do ressarcimento teria como base



COMPENSAÇÃO Segundo Ana Júlia, estados exportadores devem ser beneficiados

50% do volume exportado pelo estado e 50% da sua contribuição ao saldo positivo na balança comercial. Os municípios também seriam beneficiados.

A emenda prevê a superação de mais uma "perda amargada", afirmou, pelos estados exportadores de matérias-primas e bens semi-elaborados, como o Pará, que acumulam créditos

em ICMS de empresas do ramo que compram e processam esse material para venda ao mercado externo. Para sanar o problema, ela propôs a securitização pela União desses créditos, com sua transformação em títulos públicos.

Conforme ela, os títulos seriam usados no pagamento de tributos federais, e depois compensados pela União junto aos estados exportadores.

Índios

Ana Júlia comemorou acordo firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e os índios do povo gavião parakatejê para a desocupação da Ferrovia Carajás, no Pará. Foram três dias de conflitos e 17 horas de negociação, intermediadas pela senadora e pelo procurador da República, Sidney Madruga.

Paulo Octávio protesta contra vaia a Abadia



Paulo Octávio faz apelo em favor do turismo

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) protestou ontem contra a vaia à vice-governadora do Distrito Federal, Maria Abadia, em solenidade no Palácio do Planalto, por considerar que a manifestação ofendeu também os 2 milhões de brasilienses. Segundo ele, educação e respeito precisam imperar no Palácio do Planalto, que pertence a todos os brasileiros.

O senador fez um apelo para que o governo Lula desburocratize a aplicação dos financiamentos públicos destinados ao turismo, no valor previsto de R\$ 1,8 bilhão em 2003.

Para Suassuna, presidente foi mal-entendido

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou não acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha se referido ao candidato derrotado, Geraldo Magela, como futuro governador do Distrito Federal. Para ele, houve má interpretação por parte da imprensa, que atribuiu ao presidente uma frase que ele não teria dito.

Lula foi inocentado por Suassuna no caso das vaias contra a vice-governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, durante solenidade de lançamento do programa Primeiro Emprego.



Suassuna não crê em referência de Lula a Magela

Ideli defende crescimento econômico com distribuição de renda

Ao comentar o “espetáculo do crescimento” anunciado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo semestre de 2003, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) admitiu ontem ser esse um “anseio geral do país”, mas ponderou que a estratégia deve ser acompanhada por políticas de distribuição

de renda e inclusão social. – Já aconteceu de o país ver o bolo crescer e não ser dividido – observou. Embora identifique o crescimento do país como uma “obsessão” do presidente Lula, a senadora disse que a marca da administração petista é conciliá-lo com a geração de oportu-

tidades produtivas que melhorem as condições sociais e financeiras do brasileiro. Essa marca estaria presente, por exemplo, em programas como o Plano Safra para a agricultura familiar; a oferta de microcrédito a 25 milhões de brasileiros; o Brasil Alfabético; o Volta para Casa, que prevê rein-

serção do doente mental na família; e o Primeiro Emprego. Conforme sustentou Ideli, não basta baixar juros, sendo necessário também preparar o país para o crescimento do setor produtivo com investimentos em infra-estrutura, energia, educação e ampliação da oferta de crédito.



Roosevelt Pinheiro

CAE rejeita emenda que eleva reajuste de servidor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem, por 10 votos contra 7, emenda apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que elevava de 1% para 4% o reajuste concedido pelo governo aos servidores públicos federais. A emenda alterava projeto enviado ao Congresso pelo Executivo, que determina o reajuste de 1% para o funcionalismo. O projeto já tinha parecer favorável da CAE, aprovado no final de junho. Na reunião de

ontem, a comissão analisou também emenda do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) determinando que o reajuste fosse feito com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), considerou as emendas inconstitucionais e manifestou-se contra a aprovação de ambas, que já haviam sido rejeitadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 25 de junho.



Márcio Kolumbe

FUNCIONALISMO Em reunião presidida por Paulo Octávio (D), comissão manteve proposta do Executivo, que prevê reajuste de 1%

Sarney propõe adoção do voto distrital no país

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a adoção do voto distrital misto, ao participar ontem da abertura do debate “Reforma Política: Perspectivas e Propostas”, promovido pelo Congresso Nacional. Ao final da solenidade, que contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, Sarney disse achar difícil se chegar a um consenso sobre o melhor sistema político para o país “porque o Brasil tem muitas realidades, que não são as mesmas em todos os lugares”. Ele pediu que os congressis-

tas levem a sério a discussão e decidam em favor do voto distrital misto, “que faz perdurar a verdadeira legitimidade – a legitimidade geográfica”. **Lançamento** Em companhia de Sarney e João Paulo Cunha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem, no Congresso Nacional, do lançamento do livro *Reforma Política e Cidadania*, de Maria Victoria Benevides, Paulo Vannuchi e Fábio Kerche. A obra discute as questões relacionadas à organização política e à participação popular no Brasil.

CPI reúne dados sigilosos para iniciar investigação

■ Comissão aprova calendário de depoimentos em julho e convocação de ex-presidente do BC

A CPI do Congresso Nacional que investiga a evasão de divisas por meio de contas CC-5 do Banestado aprovou ontem requerimentos para a transferência à comissão de toda a documentação relativa ao caso. Estão nesse rol o relatório preparado pelo governo norte-americano (atualmente em poder do Banco Itaú, comprador do Banestado); o relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas CC-5; e relatórios sigilosos (hoje em poder do Ministério Público, da Receita Fe-

▼ Agenda de trabalho	
Dia 4: técnicos do Banco Central	Contas da União (TCU)
Dia 8: técnicos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e da Receita Federal	Dia 17: investigadores da Polícia Federal (PF)
Dia 10: técnicos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça	Dia 24: os procuradores de Foz do Iguaçu que deram início às investigações
Dia 15: técnicos do Tribunal de	Dia 29: procurador Luiz Francisco de Souza e delegado federal José Castilho Neto

deral, da Polícia Federal e do Banco Central) sobre as movimentações bancárias do Banestado de 1996 a 2002; a movimentação das contas CC-5 no Banestado, no Bemge, no Banco Araucária, no Banco Real e no Banco do Brasil desde 1996; e a movimentação das contas CC-5 apuradas pela CPI do Narcotráfico. Ainda foram aprovados os re-

querimentos de convocação do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco e de convite ao presidente da CPI do Banestado na Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Neivo Beraldin. O presidente da CPI, Antero Paes de Barros, disse ter certeza de que poderá contar com a “firme colaboração” do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Heloísa Helena é afastada da bancada do PT

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) foi afastada da bancada do PT no Senado. A decisão foi tomada ontem, em reunião da qual participaram 12 senadores petistas. Quatro deles votaram contra o afastamento: Ana Júlia (PA), Serys Slhessarenko (MT), Eduardo Suplicy (SP) e a própria Heloísa. Segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o afastamento se deu em decorrência da “oposição sistemática que a senadora tem feito ao Executivo”. – O afastamento deveu-se a votações que ela tem feito contra o governo. Ela não fez nenhuma defesa do governo e tem se aliado ao PSDB e ao PFL em votações – disse Aloizio Mercadante, citando os projetos sobre a renegociação da dí-



Roosevelt Pinheiro

POSIÇÃO Heloísa Helena disse que decisão da bancada do PT foi “inadequada e abominável”

vida rural, o seguro-safra e a publicidade de cigarros, diante dos quais a senadora manifestou posição contrária à da bancada. Visivelmente emocionada – chegou a chorar algumas vezes –, a senadora qualificou a deci-

são da bancada de inadequada e abominável. Além disso, afirmou Heloísa Helena, foi um desrespeito à Comissão de Ética do partido, instância que julga processo contra a senadora em virtude de sua oposição às reformas enviadas pelo governo ao Congresso. Heloísa Helena depôs na comissão no último fim de semana, em São Paulo. – Não consigo entender qual o motivo verdadeiro dessa atitude, que não respeita a instância partidária. Os senadores que são contra a minha permanência no partido nem sequer compareceram para depor – disse, anunciando que recorrerá da decisão à Executiva do PT. Para ela, o afastamento é mais grave, porque o PT foi construído tendo a democracia interna como vínculo entre seus militantes.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Augusto Botelho